RELATÓRIO DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR
18 DE OUTUBRO DE 2019

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Luciano Guimarães, publicaremos semanalmente Relatório de Atividade Legislativa de proposições monitoradas pela Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares.

1.	Identificação	Autor	Ementa	Explicação Ementa	Última Ação	Casa Atual
2.	PL 2579/1992 PLC 57/1994	VASCO FURLAN PDS/SC	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.		CD: 11/04/2012: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 4923/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2579 de 1992, que "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais"".	Câmara dos Deputados

3.	PL 1292/1995 PLS 163/1995	Lauro Campos	Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	CD: 10/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 1.062/19/SGM-P.	Câmara dos Deputados
4.	PL 4827/1998 PLC 94/2002	Zulaie Cobra	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Institui a "Reforma Processual Civil".	04/07/2013: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/07/2013, PÁG 28667 COL 02, Letra D.	Senado Federal

5.	PL 3057/2000	Bispo Wanderval PL/SP	Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como § 1º o atual parágrafo único.	Estabelece que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão.	21/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Em razão da apensação do PL 8999/2017 ao PL 7013/2010, a matéria passará a tramitar sob o regime de Prioridade. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Câmara dos Deputados
6.	PL 7333/2002	Dep. Pompeo de Mattos - PDT/RS	Altera o art. 75 da Lei Federal nº 9. 504, de 30 de setembro de 1997, vedando a realização de atos de inauguração de obras públicas, nos três meses que antecedem às eleições.		CD: 30/09/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Rubens Bueno (CIDADANIA-PR)	Câmara dos Deputados

7.	PL 6699/2002	Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	02/04/2018: PLEN - PLENÁRIO Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados
8.	PL 4827/1998 PLC 94/2002	Zulaie Cobra	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Institui a "Reforma Processual Civil".	04/07/2013: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/07/2013, PÁG 28667 COL 02, Letra D.	Senado Federal
9.	PL 696/2003 PLC 166/2008	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		SF: 22/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

10.	PL 4330/2004 PLC 30/2015	Sandro Mabel MDB	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	SF: 12/03/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Angelo Coronel, para emitir relatório. (Tramitam em conjunto os PLC's nºs 30 e 195, de 2015, e o PLS nº 339, de 2016.)	Senado Federal
11.	PL 5733/2009 PLS 23/2004	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		CD: 27/03/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação	Câmara dos Deputados

12.	PL 3729/2004	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA Sen. WALTER PINHEIRO - PT/BA	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.	CD: 11/09/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. João Roma (REPUBLIC-BA)	Câmara dos Deputados

13.	PL 3228/2008 PLS 350/2005	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.		CD: 11/12/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP).	Câmara dos Deputados
14.	PL 2861/2008 PLS 227/2005	ALVARO DIASVER IMAGEM DAS ASSINATURAS	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de		CD: 06/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 1.854/2019, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 1.854/2019, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 3.451/2019 e n.	Câmara dos Deputados

			Química, o piso salarial mínimo.		2.861/2008 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se."	
15.	PL 6773/2006 PLC 169/2015	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para vedar pagamentos antecipados.		SF: 28/03/2019: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Anexado o texto revisado (fl. 33).	Senado Federal
16.	PL 1739/2007	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Introduz dispositivos sobre a sustentabilidade do ambiente construído na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece a elaboração de plano de sustentabilidade do ambiente construído para municípios com mais de cem mil habitantes que incorpore soluções para projeto, construção e reciclagem das edificações com	14/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-9813/2018.	Câmara dos Deputados

				utilização de materiais sustentáveis, qualidade ambiental, eficiência energética, racionalização de uso da água, impermeabilização do solo.		
17.	PL 2245/2007	Dep. Reginaldo Lopes - PT/MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		CD: 06/08/2019: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2033/2019, pelo Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA/PR), que " Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 2.245, de 2007, que regulamenta a profissão de tecnólogo e dá outras providências ".	Câmara dos Deputados

18.	PL 2457/2011 PLS 411/2007	Senado Federal - Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.		09/07/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebido o Informativo da CONOF.	Câmara dos Deputados

19.	PEC 285/2008	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA Angela Amin	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.	Conhecida como " PEC da Habitação ".	19/08/2015: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social"".	Câmara dos Deputados

20.	PL 4029/2008 PLC 10/2017	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Revoga o inciso VII do art. 106 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro.	Permite que o profissional liberal estrangeiro legalmente constituído no Brasil possa participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	SF: 11/06/2019: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido o Relatório reformulado do Senador Luiz do Carmo, com voto contrário ao Projeto.	Senado Federal

21.	PL 4566/2008 PLC 103/2015	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.	Altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para dispor sobre a remuneração das contas vinculadas do FGTS e estabelecer regime de transição, até 2019, para o aumento dessa remuneração. Os depósitos efetuados a partir de 2016 serão contabilizados em novas contas vinculadas e serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança. Os saques serão debitados, inicialmente, do saldo das novas contas vinculadas.	SF: 12/08/2019: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs: - 548, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 337, de 2015, com o PLC 149, de 2017; com os PLS nºs 11, 322, 371, 454, 715, 625, 681, 703 e 749, de 2015; 113, de 2016-Complementar; 321, 376, 390 e 392, de 2016; 415, de 2017; 229 e 289, de 2018; e com os PL nºs 1.455 e 1.458, de 2019; - 549, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que solicita tramitação conjunta do PLS nº 337, de 2015, com o PLC nº 103, de 2015; com os PLS nºs 359, de 2015; 111, de 2016; 462 e 524, de 2018; e com os PL nºs 685, 1.232 e 2.390, de 2019; - 550, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que solicita audiência da CAE para o PL nº 1.232, de 2019; e - 648, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que solicita o desapensamento do PLS nº 392, de 2016.	Senado Federal

22.	PL 2897/2008 PLC 59/2010	Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências" (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana.		SF: 22/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

23.	PL 6462/2009 PLS 205/2008	Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.		CD: 11/09/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 12/09/2019)	Câmara dos Deputados

24.	PL 5068/2016 PLS 212/2008	Sen. Cristovam Buarque - PPS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz de política urbana que visa a garantir condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos.		CD: 13/08/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Ofício nº 141/2018/PS-GSE ao Senado Federal, encaminhando autógrafo sancionado. SF: 13/08/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal.	Câmara dos Deputados
25.	PL 696/2003 PLC 166/2008	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		SF: 22/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

26.	PL 3228/2008 PLS 350/2005	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.		CD: 11/12/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP).	Câmara dos Deputados

27.	PLP 399/2008	Dep. Geraldo Resende - PSDB/MS	Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	Inclui como beneficiárias do Simples Nacional as empresas de prestação de serviços de arquitetura e agronomia.	CD: 07/10/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
28.	CD: PL 6474/2009 SF: PLC 83/2017	Jaime Martins PROS	Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana.	Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB), para incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte, a ser implementado em todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, visando a melhoria das condições de mobilidade urbana, financiado com parcela da arrecadação de multas de trânsito, parcela da CIDE-	CD: 11/08/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 183/2017/PS-GSE. SF: 17/09/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À SANÇÃO Ação: Remetido Ofício SF nº 1.028 de 17/09/18, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF nº 133/18, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 35 a 39). Remetido Ofício SF nº 1.029, de 17/09/18, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos	Senado Federal

				combustíveis, dotações orçamentárias e contribuições e doações.	Deputados, comunicando a aprovação sem alterações, em revisão, e o seu encaminhamento à sanção presidencial (fls. 40).	
29.	PL 6342/2009	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Institui no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, o Serviço de Moradia Social para famílias de baixa renda.		CD: 06/05/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado nos Requerimentos n. 1205 ao 1213 e 1215 ao 1232, todos de 2019, conforme o seguinte teor: "Defiro, nos termos do art. 106 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se."	Câmara dos Deputados

30.	PL 4749/2009	Dep. Celso Russomanno - PRB/SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	01/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)	Câmara dos Deputados

31.	PL 6709/2009 PLS 198/2009	Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		22/08/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados

32.	PL 5733/2009 PLS 23/2004	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		CD: 27/03/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação	Câmara dos Deputados

33.	PL 6179/2009	Dep. Bonifácio de Andrada - PSDB/MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	CD: 19/12/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
34.	PL 5139/2009	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto do Código Brasileiro de Processo Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.	12/05/2010: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados
35.	PL 6831/2010	Paes de Lira PTC/SP	Altera os arts. 213, 217-A e 225 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, dispõe sobre o crime de estupro e	Fixa pena de reclusão para o crime de estupro em que ocorrer a prática de outro ato libidinoso.	10/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8989/2017.	Câmara dos Deputados

			dá outras providências.			
36.	PL 7909/2010	Moreira Mendes PPS/RO	Altera o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a obrigatoriedade da instalação de bicicletários junto aos logradouros públicos.	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.	CD: 10/04/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

37.	PL 7023/2010	Rodovalho PP/DF	Acrescenta parágrafo ao art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de forma a ampliar para dez anos a garantia das obras de infraestrutura e pavimentação de estradas e vias urbanas.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6429/2009	Câmara dos Deputados

38.	CD: PL 7607/2010 SF: PLC 13/2013	José Chaves PTB	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	SF: 02/10/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

39.	PEC 39/2011	Dep. Jose Chaves - PTB/PE	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		CD: 18/09/2019: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2455/2019, pelo Deputado Eduardo Braide (PMN/MA), que "Senhor Presidente, Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do art. 114, XIV do RICD, a inclusão na pauta da Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição n° 39/2011, que 'Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.'".	Câmara dos Deputados

40.	PL 953/2011	Dep. Bruna Furlan - PSDB/SP	Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos.	Asfalto poroso, concreto poroso, blocos de concreto vazado.	CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados NÃO CONHEÇO DO REQUERIMENTO o pedido de desarquivamento porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Câmara dos Deputados

41.	PL 1776/2011	Dep. Heuler Cruvinel - PSD/GO	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispondo sobre a pavimentação das vias de circulação dos parcelamentos urbanos.		06/02/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-101/2015porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Câmara dos Deputados
42.	PL 132/2011	Dep. Weliton Prado - PMB/MG Dep. Weliton Prado - PROS/MG	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para estabelecer como diretriz na pavimentação de vias públicas o emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis.		16/03/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7013/2017.	Câmara dos Deputados
43.	PL 791/2011	Dep. Jovair Arantes - PTB/GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da		CD: 11/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no Requerimento n. 9382/2018, conforme o seguinte teor: "Dou por prejudicado o Requerimento n. 9.382/2018, nos termos do art. 164, I, do	Câmara dos Deputados

			educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 11.161/2018 já tramita apensado ao Projeto de Lei n. 791/2011. Publique-se. Oficie-se".	
44.	PL 2043/2011	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		CD: 06/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso 06/08/2019 15:52:00. Foi apresentado um recurso.	Câmara dos Deputados
45.	PL 1004/2011	Dep. Efraim Filho - DEM/PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		CD: 03/04/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
46.	PL 866/2011	Onofre Santo Agostini DEM/SC	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e		19/06/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 8874/2018, pelo Deputado Laerte Bessa (PR-DF), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 866/2011".	Câmara dos Deputados

			incêndios, e dá outras providências.			
47.	PL 1365/2011	Dep. Vieira da Cunha - PDT/RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.		CD: 10/09/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Fabio Schiochet (PSL-SC)	Câmara dos Deputados

48.	CD: PL 840/2011 SF: PLC 16/2016	Dep. Chico Alencar - PSOL/RJ	Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	Altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e a Lei das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei 11445/2007) a fim de assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	SF: 16/10/2019: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Em reunião realizada em 16/10/2019, a apreciação da matéria foi adiada.	Senado Federal
49.	CD: PL 138/2011 SF: PLC 159/2015	Dep. Weliton Prado - PMB/MG	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Estabelece normas de segurança e de manutenção em brinquedos playgrounds localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações, na forma que especifica. Estabelece que a Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.	SF: 01/02/2019: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.	Senado Federal

50.	PL 359/2011	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Sinmetro.		CD: 17/10/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 03/10/2019 a 17/10/2019). Foi apresentada uma emenda.	Câmara dos Deputados
51.	PL 2664/2011	Dep. Arnaldo Jardim - PPS/SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.		CD: 10/04/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Aprovada a Redação Final.	Câmara dos Deputados

52.	PL 2117/2011	Dep. Penna - PV/SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		CD: 21/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-140/2019.	Câmara dos Deputados
53.	CD: PL 6014/2013 SF: PLS 491/2011	Marcelo Crivella PRB/RJ	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das	CD: 11/07/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

				condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as ações corretivas, sob pena de multa diária; dispõe que o acesso ao LITE será livre para os proprietários, os responsáveis pela administração, os moradores e os usuários da edificação, e para os órgãos governamentais de fiscalização.		

54.	CD: PL 3252/2012 SF: PLS 432/2011	Sen. Ana Rita - PT/ES	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	Altera a Lei nº 6.766/1979 que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências" para dispor que o plano diretor definirá as áreas mínimas e máximas de lotes, os coeficientes máximos de aproveitamento e os percentuais máximos de impermeabilização do solo e do excedente percentual máximo de chuvas que poderá ser carreado para a rede pública; altera a Lei nº 11.445/2007 para dispor que o titular dos serviços públicos de saneamento básico disciplinará a implantação obrigatória de sistemas de captação e retenção de águas pluviais em cada lote urbano, para reduzir sua velocidade de	SF: 25/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

				escoamento para as bacias hidrográficas urbanas, controlar a ocorrência de inundação e contribuir para a redução do consumo da água potável tratada, e, em caso de inércia do titular, os sistemas de captação de águas pluviais no interior de cada lote deverão ser capazes de retê-las por no mínimo uma hora antes que sejam despejadas na rede pública de drenagem.		
55.	CD: PL 3046/2015 SF: PLS 502/2011	Sen. Paulo Paim - PT/RS	Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de a administração pública divulgar os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes.		CD: 04/09/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
56.	CD: PL 1562/2011	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para		SF: 07/03/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: MATÉRIA COM A	Senado Federal

	SF: PLC 17/2016		estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.		RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Rodrigo Cunha, para emitir relatório.	
57.	PL 2629/2011	Dep. Fábio Faria - PSD/RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		CD: 21/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-140/2019.	Câmara dos Deputados
58.	CD: PL 2457/2011 SF: PLS 411/2007	Senado Federal - Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.		09/07/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebido o Informativo da CONOF.	Câmara dos Deputados
59.	CD: PL 5858/2013	Senado Federal - Acir	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979,		CD: 05/11/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados

	SF: PLS 119/2011	Gurgacz PDT/RO	que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.		SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	
60.	CD: PL 8331/2015 SF: PLS 541/2011	Senado Federal - Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP	Altera a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e		SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

			critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre acessibilidade nos passeios públicos.			
61.	CD: PL 7841/2014 SF: PLS 399/2011	Sen. Roberto Requião - PMDB/PR	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.		CD: 22/05/2019: CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.	Câmara dos Deputados

62.	PL 816/2011	Rubens Bueno PPS/PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		CD: 25/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-167/2019.	Câmara dos Deputados
63.	PL 600/2011	Augusto Coutinho DEM/PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		CD: 29/05/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
64.	PLS 236/2012	José Sarney PMDB/AP	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo divido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70);	SF: 13/05/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Devolvido ao relator, Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório. (Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, os seguintes projetos: PLC nº 80, de 2012; PLC nº 24, 27, 33 e 39, de 2015; PLC nº 140, de 2017; PLS nº 90, 101, 125, 367, 520, 555 e 653, de 2011; PLS nº 41, 104 e 357, de 2013; PLS nº 229 e 416, de 2014; PLS nº 1, 35, 54, 63, 64, 65, 66,	Senado Federal

				VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidade Pública; VI - Crimes Cibernéticos (art. 208 ao 211), VII - Crimes Contra a Saúde Pública (art. 212 ao	71, 73, 82, 92, 117, 121, 135, 150, 177, 178, 181, 188, 376, 380, 436, 449, 469, 562, 658, 671 e 787, de 2015; PLS nº 14, 22, 42, 67, 80, 92, 98, 101, 103, 106, 130, 306, 314, 327, 455 de 2016; PLS nº 424 e 473, de 2017; PLS nº 71, 79, 88, 112, 190, 209, 223, 264, 298, 314, 316, 368, 395, 450, 471, 479, 504, 512, 513 e 533, de 2018; PL nº 648, 663, 1030, 1199, 1544, 1545, 1546, 2855 e 2865, de 2019; e o SCD nº 8, de 2015).	

				238); VIII – Crimes Contra a Paz Pública (art. 239 ao 258); IX - Crimes Contra a Fé Pública (art. 259 ao 270); X – Crimes Contra a Administração Pública (art. 271 ao 324); XI – Crimes Eleitorais (art. 325 ao 338); XII - Dos Crimes Contra as Finanças Públicas (art. 339 ao 347); XIII – Crimes Contra a Ordem Econômico-Financeira (art. 348 ao 387); XIV – Crimes contra Interesses Metaindividuais (art. 388 ao 451); XV – Crimes Relativos a Estrangeiros (art. 452 ao 457); XVI – Crimes Contra os Direitos Humanos (art. 458 ao 503); XVII – Crimes de Guerra (art. 504 ao 541). O Código entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação (art. 542).		

				Indica, de forma específica, todas as disposições legais que serão revogadas (art. 543).		
65.	PL 4697/2012	Dep. Damião Feliciano - PDT/PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		CD: 12/07/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
66.	CD: PL 8085/2014 SF: PLS 454/2012	Sen. Ana Amélia - PP/RS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.		CD: 10/05/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no Requerimento n. 1180/2019, conforme o seguinte teor: "Defiro o pedido contido no Requerimento n. 1.180/2019. Desapense-se o Projeto de Lei n. 1.078/2019 do bloco encabeçado pelo Projeto de Lei n. 8.045/2010. Por conseguinte, submeta-se o Projeto de Lei n. 1.078/2019 à apreciação conclusiva pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do RICD), para que seja apreciado sob o regime de tramitação ordinário. Publique-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 1.078/2019: à CSPCCO e à CCJC	Câmara dos Deputados

					(mérito e art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, do RICD). Regime de Tramitação: ordinário].".	
67.	PL 4302/2012	Dep. Laercio Oliveira - SD/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-144/2019.	Câmara dos Deputados
68.	PL 4095/2012	Bohn Gass PT/RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio		CD: 27/08/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido ao Relator, Dep. Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG).	Senado Federal

			ambiental e das cidades sustentáveis.			
69.	PLS 368/2012	Ana Amélia PP/RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de	SF: 25/06/2019: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, nesta data, relatório do senador Eduardo Braga pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta e rejeição das Emendas n. 1-CCJ e 2-CRA (fls. 61-66).	Senado Federal

				passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da mencionada Lei, no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, observar-se-á o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis Municipais de Uso do Solo, respeitado, no		

				que couber, o plano de defesa civil.		
70.	CD: PL 3370/2012 SF: PLC 31/2014	Augusto Coutinho SD	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as	SF: 06/06/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Marcio Bittar, para emitir relatório.	Senado Federal

				Diretrizes da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial.		
71.	PL 4881/2012	José de Filippi PT/SP	Institui as diretrizes da Política Metropolitana de Mobilidade Urbana (PMMU), cria o Pacto Metropolitano da Mobilidade Urbana e o Sistema de Informações dos Transportes Metropolitanos (SITRAM), com a Autoridade Metropolitana de Transportes e o Fundo Metropolitano		CD: 27/08/2019: PL488112 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4881, de 2012, do José de Filippi, que "institui as diretrizes da Política Metropolitana de Mobilidade Urbana (PMMU), cria o Pacto Metropolitano da Mobilidade Urbana e o Sistema de Informações dos Transportes Metropolitanos (SITRAM), com a Autoridade Metropolitana de Transportes e o Fundo Metropolitano de Transporte Público e dá outras providências" Aprovado requerimento do Sr. Lucas Gonzalez que requer a realização de audiência pública da Comissão Especial com os seguintes convidados:	Câmara dos Deputados

			de Transporte Público e dá outras providências.		1.Representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de São Paulo SETCESP 2.Representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais - SETEMG 3.Representante da Confederação Nacional do Transporte - CNT 4.Representante da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - NTC & Logística	
72.	PLS 444/2013	Sen. Paulo Bauer - PSDB/SC	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a	Altera a Lei nº 8987/95 – que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – para estabelecer novas definições para: a) poder concedente; b) concessão de serviço púbico; c) concessão de obra pública; d) obra pública; determina que a concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de	SF: 18/12/2018: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura. Recebido em: PLEN - Comissão de Assuntos Econômicos em	Senado Federal

			concessão de obra pública.	obra pública seja formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da presente Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação; estabelece que a concessão de obra pública ou de serviço público precedido da execução de obra pública ocorrerá atendidas as condições que especifica; determina que toda concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e		

				da vinculação ao instrumento convocatório; prevê modificações nas hipótese em que o edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento; estabelece que antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir seu objeto; determina que o contrato de concessão poderá prever, para disputada entre a concessionária e o poder concedente ou proprietários de imóveis declarados de utilidade pública, decorrentes ou relacionadas ao contrato, o emprego de mecanismos privados de resolução, inclusive a		

				arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa; altera a Lei nº 11079/04 – que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública – para estabelecer que a concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8987/95, quando envolver, adicionalmente às formas de remuneração e amortização nela previstas, contraprestação pecuniária da Administração Pública à concessionária.		
73.	CD: PL 3408/2015	Pedro Taques PDT/MT	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de	SF: 11/09/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação:	Câmara dos Deputados

	SF: PLS 523/2013		Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.	Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas; dispõe que o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão a forma correta de descarte e estabelecerão sanções pecuniárias pelo descumprimento do disposto a pessoas físicas e jurídicas, sem prejuízo das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a regulação de atividades específicas; determina que o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de dois anos	Devolvido pelo relator, Senador Elmano Férrer, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	

				para regulamentar o disposto nesta Lei.		
74.	PL 6253/2013	Dep. Wilson Filho - PTB/PB	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.		13/09/2016: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
75.	PL 5680/2013	Glauber Braga PSB/RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		CD: 17/10/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 07/10/2019 a 17/10/2019). Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
76.	PL 4931/2013	Ronaldo Fonseca PR/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	08/12/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados

			vias urbanas e rodovias.			
77.	PL 5015/2013	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.		CD: 03/07/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Retirado de pauta, de ofício, por acordo.	Câmara dos Deputados
78.	PL 8322/2014 SF: PLS 317/2013	Senado Federal - Ataídes Oliveira PSDB/TO	Isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.		CD: 30/09/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58, combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 01/10/2019): Projeto de Lei nº 8.322/2014, principal, com pareceres favoráveis; e Projetos de Lei nºs 5.539/2013, 7.186/2014, 157/2015 e 3.542/2015, apensados, com parecer pela incompatibilidade e inadequação	Câmara dos Deputados

					financeira e orçamentária, e pela injuridicidade, sujeito a arquivamento, nos termos do art. 54, combinado com o § 4º do art. 58 do RICD.	
79.	CD: PL 6905/2017 SF: PLS 504/2013	Sen. Wilder Morais - PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que "dispõe sobre desapropriações por utilidade pública", para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.		CD: 05/09/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 06/09/2019, Letra A.	Câmara dos Deputados
80.	PL 4923/2013	Nilda Gondim PMDB/PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados,		05/09/2017: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7178/2017, pelo Deputado Alexandre Leite (DEM-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4.923 de 2013, que 'dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a	Câmara dos Deputados

			estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		liberação de seus alvarás de funcionamento'".	
81.	PL 6207/2013	Walter Feldman PSDB/SP	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes		SF: 10/06/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa de 12/06/2019, nos termos do Requerimento nº 497, de 2019, de urgência. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	Câmara dos Deputados

			da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas.			
82.	PL 6814/2017 SF: PLS 59/2013	Senado Federal	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.		CD: 21/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-10415/2018.	Senado Federal
83.	PEC 71/2013	Sen. RICARDO FERRAÇO - PSDB/ES	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios.	SF: 09/05/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em ordem do dia. Primeira sessão de discussão, em primeiro turno. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

84.	PLS 426/2013	Alvaro Dias PODE/PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inc. XXI, da CF/88, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para instituir Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); estabelece que o concurso que tiver por objeto a seleção de estudos, investigações, levantamentos ou projetos a serem utilizados na preparação de concessão comum, patrocinada ou administrativa poderá ser realizado sob a forma de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); elenca informações que devem constar do edital do PMI; determina que o valor	SF: 11/07/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir relatório.	Senado Federal

				máximo de eventual remuneração pelo conjunto de estudos, investigações, levantamentos ou projetos não poderá ultrapassar 2,5% do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva concessão; determina que os interessados em apresentar projetos, estudos, levantamentos ou investigações deverão apresentar requerimento de autorização no qual conste o detalhamento das atividades que pretendem realizar; estabelece critérios para a referida autorização; também estabelece critérios para a avaliação e a seleção pela Administração dos estudos,		

				investigações, levantamentos ou projetos; revoga expressamente o art. 21 da Lei nº 8987/95 – que Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – e o art. 31 da Lei nº 9074/95 – que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.		
85.	PL 7818/2014	Dep. Geraldo Resende - PSDB/MS	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.		CD: 03/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

86.	CD: PL 7093/2014 SF: PLC 164/2015	Irajá Abreu PSD	Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Altera a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) para dispensar o alvará de construção expedido pela Prefeitura Municipal na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de cinco anos, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.	CD: 22/07/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Recebimento do Ofício nº 579/2019 (SF) que comunica remessa de matéria à sanção.	Senado Federal
87.	CD: PL 3637/2015 SF: PLS 388/2014	Acir Gurgacz PDT/RO	Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e da Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano), para determinar a observação da lei de parcelamento do solo urbano quanto aos lotes urbanos de colonização e quanto ao parcelamento de imóveis rurais com	CD: 08/10/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Assegurada a inscrição para discussão da matéria à Deputada Talíria Petrone.	Câmara dos Deputados

			(INCRA) no parcelamento do solo urbano.	formação de imóveis com área inferior à do módulo de propriedade rural, e para afastar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas alterações de uso do solo rural para fins urbanos ou para formação de sítios de recreio.		
88.	CD: PL 9938/2018 SF: PLS 252/2014	Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para instituir a adoção de práticas de construção sustentável na política urbana.		CD: 17/04/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/04/2018.	Câmara dos Deputados
89.	PLS 91/2014	Alvaro Dias PODE/PR	Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras	SF: 11/07/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir relatório.	Senado Federal

			para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".	providências – para estabelecer que nenhuma licitação pode ser iniciada sem que os respectivos projetos básico e executivo estejam plenamente atendidos em todos os seus requisitos e atestados por parecer jurídico do órgão responsável pelo processo licitatório que comprove tal regularidade; estabelece que o não cumprimento da regra acima referida sujeita o dirigente do órgão responsável pelo processo licitatório a responder pelo crime de responsabilidade.		
90.	PDS 85/2015	Dep. Nelson Marquezelli - PTB/SP	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 20l2, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia		SF: 08/04/2019: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Fernando Bezerra Coelho, para emitir relatório.	Senado Federal

			Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.			
91.	PLS 13/2015	Sen. Humberto Costa - PT/PE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Altera as Leis nºs 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, como água de chuva e reuso de água.	SF: 27/06/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Devolvido, a pedido. Recebido em: CDIR - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
92.	PLS 654/2015	Romero Jucá PMDB/RR	Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura	Cria o licenciamento ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de	SF: 20/02/2019: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Telmário Mota, para emitir relatório.	Senado Federal

			considerados estratégicos e de interesse nacional.	infraestrutura estratégicos.		
93.	PLS 667/2015	Sen. Reguffe - S/Partido/DF	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	SF: 17/10/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 73, de 2019-CDR, comunicando a aprovação de Substitutivo ao projeto, no turno suplementar. Concluída a instrução da matéria.	Senado Federal
94.	PLS 304/2015	Sen. Davi Alcolumbre - DEM/AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de “Terraço Verde” nos locais que especifica	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil	SF: 21/12/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

			e dá outras providências.	habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.		
95.	PLS 189/2015	Sen. Randolfe Rodrigues - REDE/AP	Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou dos demais entes federativos.	20/10/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

96.	SF: PEC 00061/2015 CD: PEC 48/2019	Sen. Gleisi Hoffmann - PT/PR	Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.	Acrescenta os §§ 19 e 20 ao art. 166 da Constituição Federal, para permitir que emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual aloquem recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, indicando o ente federativo a ser beneficiado. Os recursos serão repassados independentemente de convênio.	CD: 09/10/2019: PEC04819 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 048-A, de 2019, do Senado Federal, que "altera o art. 166 da Constituição Federal para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei do orçamento anual" Aprovado requerimento do Sr. Aécio Neves que solicita a realização de Seminário Regional na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para debater a PEC nº 48 de 2019, que "altera o art. 166 da Constituição Federal para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei do orçamento anual".	Câmara dos Deputados
97.	PLS 317/2015	Sen. Dário Berger - PMDB/SC	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não	Torna obrigatória a instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção e reforma de prédios públicos.	SF: 05/09/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos seguintes Requerimentos: - nº 732, de 2019, do Senador Paulo Rocha, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 317 e 324, de 2015; - nº 743, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando audiência da CDR para o PLS nº 317, de 2015; - nº 744, de 2019, do Senador Fernando Bezerra	Senado Federal

			necessitem de água potável.		Coelho, solicitando audiência da CI para o PLS nº 317, de 2015; - nº 746, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando audiência da CAE para o PLS nº 324, de 2015; e - nº 747, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando audiência da CI para o PLS nº 324, de 2015. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	
98.	PLS 700/2015	Sen. Roberto Rocha - PSB/MA Sen. Roberto Rocha - PSDB/MA	Dispõe sobre a observância, no âmbito nacional, de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) quando da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.462/2011 (que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC) para determinar a observância de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	SF: 19/08/2019: SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários Situação: APROVADA Ação: Encerrou-se em 15 de agosto o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário do presente projeto Não houve interposição de recurso. Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão competente, a matéria vai à Câmara dos Deputados. Recebido em: SEXPE - Secretaria de Atas e Diários em 19/08/2019	Senado Federal

99.	RQS 660/2015	Romero Jucá PMDB/RR	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, passe a tramitar em separado.			Senado Federal
100.	PLS 15/2015	Sen. Ivo Cassol - PP/RO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-	Altera a Lei nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida) para exigir nos empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU a adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.	SF: 08/08/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, de tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; 58/2016; e dos PLC nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal.	Senado Federal

			43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.			
101.	PLS 15/2015	Sen. Ivo Cassol - PP/RO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de	Altera a Lei nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida) para exigir nos empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU a adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.	SF: 08/08/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, de tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; 58/2016; e dos PLC nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal.	Senado Federal

			2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.			
102.	PLS 324/2015	Sen. DONIZETI NOGUEIRA - PT/TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.	SF: 05/09/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos seguintes Requerimentos: - nº 732, de 2019, do Senador Paulo Rocha, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 317 e 324, de 2015; - nº 743, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando audiência da CDR para o PLS nº 317, de 2015; - nº 744, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando audiência da CI para o PLS nº 317, de 2015; - nº 746, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando audiência da CAE para o PLS nº 324, de 2015; e - nº 747, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando audiência da CI para o PLS nº 324, de 2015. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

103.	PLS 604/2015	Sen. José Serra - PSDB/SP	Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.	Altera a Lei 8.666/1993 para atualizar os valores limites das modalidades de licitações, sendo, para obras e serviços de engenharia: convite até R$ 450.000,00; tomada de preços até R$ 4.500.000,00; concorrência - acima de R$ 4.500.000,00; e para compras e serviços: convite até R$ 240.000,00; tomada de preços até R$ 1.950.000,00; e concorrência acima de R$ 1.950.000,00.	SF: 07/08/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir relatório.	Senado Federal
104.	PEC 14/2015	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	SF: 19/08/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Primeira sessão de discussão, em primeiro turno. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

105.	PLS 11/2015	Sen. JOSÉ MEDEIROS - PPS/MT	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	SF: 07/08/2019: SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 648, de 2019, de autoria da Senadora Rose de Freitas, solicitando a retirada do PLS 392/2016 da relação de matérias constantes do Requerimento nº 548, de 2019, de tramitação em conjunto. O Requerimento nº 648, de 2019, será incluído em Ordem do Dia oportunamente. Recebido em: PLEN - Secretaria de Atas e Diários em 07/08/2019	Senado Federal
106.	PEC 16/2015	Dep. Heráclito Fortes - PSB/PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e dá outras providências.	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e seus acrescidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados

107.	PEC 27/2015	Dep. Cesar Souza - PSD/SC	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acrescidos e dá outras providências.		30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
108.	PEC 30/2015	Dep. Lelo Coimbra - PMDB/ES	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados

109.	PEC 85/2015	Alan Rick PRB/AC	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a acessibilidade e a mobilidade urbana no rol dos direitos sociais.		16/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 17/06/17 PÁG 115 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
110.	PL 3524/2015	Dep. Eros Biondini - PROS/MG	Estabelece a obrigatoriedade de instalação de mictórios inteligentes em banheiros de uso coletivo.		CD: 05/12/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI).	Câmara dos Deputados
111.	PL 531/2015	Dep. Luiz Nishimori - PR/PR	Determina o aproveitamento e a reutilização das águas pluviais por Órgãos Públicos.		CD: 26/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-155/2019.	Câmara dos Deputados
112.	PL 127/2015	Dep. João Fernando Coutinho - PSB/PE	Altera a Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.		CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados

113.	PL 2831/2015	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).		CD: 29/08/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 30/08/2019, Letra B.	Câmara dos Deputados
114.	PL 4235/2015	Dep. MARCELO BELINATI - PP/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para determinar a obrigatoriedade de EIV (Estudo de Impacto na Vizinhança), nas construções de condomínios edilícios com mais de 80 unidades autônomas, loteamentos e		05/04/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			construção ou ampliação de shopping centers e mercados de grande porte, assim entendidos que tiverem área interna acima de 300 m², com o objetivo de combater o crescimento urbano desordenado.			
115.	CD: PL 985/2015 SF: PLC 36/2015	Domingos Neto PSD	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	SF: 21/12/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno. Recebido em: SACCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em	Senado Federal
116.	PL 3788/2015	Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - PMDB/TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-262/2019.	Câmara dos Deputados
117.	PL 963/2015	Dep. Tereza Cristina - PSB/MS	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições		10/04/2015: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados

			de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.			
118.	PL 1868/2015	Dep. Felipe Bornier - PROS/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	Trata da implantação de energia solar e reaproveitamento de água em unidades habitacionais.	CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados
119.	PL 1650/2015	Dep. Fabio Garcia - PSB/MT	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		CD: 06/08/2019: PL345308 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3453, de 2008, do Senado Federal, que "altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo", e apensados Recebimento pela PL345308, apensado ao PL-7063/2017	Câmara dos Deputados

120.	PL 3568/2015	Dep. Lincoln Portela - PRB/MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.		CD: 22/08/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Glaustin Fokus (PSC-GO)	Câmara dos Deputados
121.	PL 2776/2015	Dep. Victor Mendes - PSD/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação sistemas de aproveitamento de aguas pluviais e de reuso de águas residuais e ainda a obrigatoriedade de instalação de painéis para captação de energia solar em todas as novas edificações		CD: 21/05/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-2668/2019.	Câmara dos Deputados

			executadas com recursos da União.			
122.	CD: PL 10108/2018 SF: PLS 51/2015	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.		CD: 16/10/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Devolvido ao Relator, Dep. José Medeiros (PODE-MT)	Câmara dos Deputados
123.	PL 2546/2015	Dep. Vinicius Carvalho - PRB/SP	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de		04/09/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso 04/09/2017 20:27:00. Foi apresentado um recurso.	Câmara dos Deputados

			Fiscalização Profissional.			
124.	CD: PL 3636/2015 SF: PLS 105/2015	RICARDO FERRAÇO	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para permitir que o Ministério Público e a Advocacia Pública celebrem acordo de leniência, de forma isolada ou em conjunto, no âmbito da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.	Revogam-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, e o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	CD: 20/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no Requerimento n. 5.057/2016, conforme despacho do seguinte teor: "Declaro prejudicado o Requerimento n. 5.057/2016, nos termos do art. 164, I, do RICD, visto que o Projeto de Lei n. 4.850/2016 (agora numerado como Projeto de Lei n. 3.855/2019) encontra-se na Câmara dos Deputados para apreciação das emendas apresentadas pelo Senado Federal em revisão, não sendo lícito inovar na matéria nessa fase de tramitação. Publique-se.".	Câmara dos Deputados
125.	PL 1794/2015	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas		CD: 11/09/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 12/09/2019, Letra C.	Câmara dos Deputados

			(telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.			
126.	PL 1227/2015	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.		CD: 03/04/2019: CE - Comissão de Educação Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 04/04/2019)	Câmara dos Deputados
127.	PL 3147/2015	Dep. Sóstenes Cavalcante - DEM/RJ	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que as praias urbanas deverão dispor de acessos adaptados para permitir a acessibilidade das pessoas com		28/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 29/11/16, PÁG 119 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados

			deficiência ou mobilidade reduzida.			
128.	CD: PL 1944/20 SF: PLC 61/2018	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.	Obriga os conselhos federais e regionais de fiscalização de profissões regulamentadas a disponibilizar, gratuitamente, em suas sedes e em seus sítios na internet, meios de acesso a informações cadastrais dos profissionais registrados, das quais deverão constar nome completo e fotografia de rosto atualizada do profissional, seu número de registro, especialidade, se houver, e local principal de sua atividade, além de	SF: 17/05/2019: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido o Relatório do Senador Jorge Kajuru, com voto favorável ao Projeto.	Senado Federal

				outras informações, a critério dos conselhos.		
129.	PL 1242/2015	Deley PTB/RJ	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.		CD: 25/04/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
130.	PL 1213/2015	Dep. João Fernando Coutinho - PSB/PE Dep. João Fernando Coutinho - PROS/PE	Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer a obrigatoriedade do Projeto Executivo antes do início de obras públicas.		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019.	Câmara dos Deputados
131.	PL 3876/2015	Dep. Edmilson Rodrigues - PSOL/PA	Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providencias.		CD: 28/03/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Laercio Oliveira (PP-SE)	Câmara dos Deputados

132.	SF: PL 4330/2004 SF: PLC 30/2015	Sandro Mabel MDB	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	SF: 12/03/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Angelo Coronel, para emitir relatório. (Tramitam em conjunto os PLC's nºs 30 e 195, de 2015, e o PLS nº 339, de 2016.)	Senado Federal
133.	PL 6773/2006 PLC 169/2015	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para vedar pagamentos antecipados.		SF: 28/03/2019: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Anexado o texto revisado (fl. 33).	Senado Federal
134.	PLP 137/2015 PLS 199/2015	Sen. Flexa Ribeiro - PSDB/PA	Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de		SF: 18/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados

			outubro de 1966, e dá outras providências.			
135.	PL 1104/2015	Adail Carneiro PHS/CE	Dispõe sobre a individualização de instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais e nas de uso misto e nos condomínios residenciais, e dá outras providências.		CD: 19/03/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados

136.	PEC 93/2015	Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal.	Torna o saneamento básico um direito social.	CD: 30/09/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Geninho Zuliani (DEM-SP)	Câmara dos Deputados

137.	CD: PL 2724/2015 SF: PL 1829/2019	Carlos Eduardo Cadoca PDT	Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.	Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.	SF: 13/06/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Matéria com o Relator, Senador Randolfe Rodrigues.	Senado Federal
138.	PL 2289/2015	Senado Federal - Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos	Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.		CD: 10/04/2019: PLEN - PLENÁRIO Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação do REQ 898/2019 => PL 2289/2015.	Câmara dos Deputados

139.	PLS 279/2016	Sen. ROMÁRIO - PSB/RJ	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 para dispor que nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria observando que a definição de projetos e adoção de tipologias construtivas que considerem os princípios do desenho universal.	SF: 24/04/2019: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Weverton, para emitir relatório.	Senado Federal

140.	PLS 253/2016	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT/RR Sen. Telmário Mota - PTB/RR	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	SF: 26/09/2019: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Anexado o texto revisado (fl. 36).	Senado Federal

141.	PLS 196/2016	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera o art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que o edital de licitação de obra pública preveja a obrigatoriedade de revisão do cálculo estrutural por consultoria independente.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever a exigência de revisão do cálculo estrutural, bem como de aferição das peças estruturais, previamente à concretagem, por consultoria independente, quando se tratar de licitação de obras públicas que possam expor seus usuários a risco.	SF: 21/12/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do caput do art. 332 do Regimento Interno. Recebido em: COARQ - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal

142.	PLS 465/2016	Sen. Lindbergh Farias - PT/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências	Altera a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como as Leis nº 6.015/1973, 11.952/2009, 11.483/2007, 6.766/1979, 10.931/2004 e 12.024/2009, para estabelecer adequações operacionais no Programa, determinar a distribuição regional de recursos proporcionalmente ao déficit habitacional, prever instalação de unidades comerciais, modificar aspectos de regularização fundiária, fixar procedimentos de registro de imóveis e alterar o regime de pagamento unificado de tributos pelas construtoras contratadas, abrangendo projetos	SF: 26/03/2019: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para emitir relatório.	Senado Federal

				de construção mista, com unidades habitacionais e comerciais.		
143.	PLS 268/2016	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT/RR Sen. Telmário Mota - PTB/RR	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.	Exige prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, nas contratações de obras, serviços e compras, que deverá observar o limite mínimo de 25% do valor do contrato, podendo alcançar até o seu valor integral, a critério da autoridade competente.	SF: 07/08/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir relatório.	Senado Federal

144.	PL 5645/2016 PL 2126/2019	Dep. Miguel Haddad - PSDB/SP	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Dispõe sobre o quórum para a realização de obra que modifique a fachada em unidade autônoma de condomínio.	SF: 06/06/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Marcio Bittar, para emitir relatório.	Senado Federal
145.	PL 6220/2016	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Amplia a competência dos juizados especiais cíveis para atuar em causas de até sessenta salários mínimos.	21/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/10/16 PÁG 42 COL 01.	Câmara dos Deputados
146.	PL 6227/2016	Dep. Mariana Carvalho - PSDB/RO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por meio de energia solar e de captação e reaproveitamento de		CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-2776/2015	Câmara dos Deputados

			águas pluviais em prédios de propriedade da União, e dá outras providências.			
147.	PL 6529/2016	Dep. Pedro Uczai - PT/SC	Altera a Lei nº 12. 587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, para conferir nova atribuição aos Municípios.	Estabelece que é atribuição do Município garantir a iluminação adequada nos pontos de embarque e desembarque do transporte público.	CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-410/2019.	Câmara dos Deputados
148.	PL 6139/2016	Dep. Augusto Carvalho - SD/DF	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º, inclui o inciso XIX no art. 2º e o § 5º, alíneas "a" a "g", no art. 40, todos da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir a Sustentabilidade Urbana como um dos objetivos expressos do Estatuto das Cidades e atribuir-lhe um conceito.		28/09/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/09/16 PÁG 26 COL 01.	Câmara dos Deputados

149.	PL 5658/2016	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Altera a Lei n° 11.977 de 2009 para tornar obrigatória a instalação prévia de medidores individuais de consumo de água nas unidades habitacionais implantadas pelo Programa.		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019.	Câmara dos Deputados
150.	PL 4615/2016	Dep. Dr. Jorge Silva - PHS/ES	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja condicionada à existência de projeto básico.		CD: 16/07/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso 16/07/2019 19:00:00. Não foram apresentados recursos.	Câmara dos Deputados

151.	PL 6619/2016	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dá nova redação ao § 1º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a obrigatoriedade do sistema de modelagem da informação da construção, identificado pela sigla inglesa BIM - Building Information Model, na confecção de projetos executivos de obras e serviços de engenharia contratados pelos órgãos e entidades da administração pública, e dá outras providências.		CD: 20/12/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 9406/2018, pelo Deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que: "Requer, de acordo com os termos regimentais, a subscrição do Projeto de Lei nº 6.619 de 2016, no sentido de tornar o deputado Hildo Rocha coautor dessa proposição legislativa".	Câmara dos Deputados

152.	PL 5010/2016	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		CD: 02/07/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Luizão Goulart (PRB-PR)	Câmara dos Deputados

153.	PL 5011/2016	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhança.		CD: 10/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões a partir de 11/10/2019).	Câmara dos Deputados
154.	PL 6151/2016	Dep. Flávia Morais - PDT/GO	Acrescenta dispositivos às leis nº 10.520/02 e 8.666/1993.	Proíbe a contratação de obras e serviços de engenharia pela modalidade de pregão.	CD: 22/08/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados

155.	PL 4328/2016	Dep. Laura Carneiro - PMDB/RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		CD: 02/07/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
156.	PL 4990/2016	Dep. Luizianne Lins - PT/CE	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras providências.		CD: 15/10/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
157.	PL 5772/2016	Dep. Vinicius Gurgel - PR/AP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, de modo a reajustar os limites adotados para as modalidades de licitação.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados

158.	PL 6441/2016	Dep. Vanderlei Macris - PSDB/SP	Altera a Lei 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública.	Exige a apresentação de projeto executivo antes da licitação.	CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019.	Câmara dos Deputados
159.	PL 6058/2016	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 11.977, de 2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), para dispor sobre a implantação de calçadas ecológicas.		CD: 18/09/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Júnior Bozzella (PSL-SP).	Câmara dos Deputados
160.	PL 5909/2016	Dep. Fábio Mitidieri - PSD/SE	Estabelece medidas adicionais para a licitação de obras públicas decorrentes da execução de emendas parlamentares.	Altera a Lei nº 8.666 de 1993.	CD: 05/09/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
161.	PL 5871/2016	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP Sen. Antonio Carlos	Revoga os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para extinguir o Regime Diferenciado de		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da	Câmara dos Deputados

		Valadares - PSB/SE	Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências.		Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1758/2015	
162.	PL 5765/2016	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a reserva de percentual da mão de obra destinada ao cumprimento de contratos celebrados com a Administração Pública a estudantes universitários e estudantes de cursos técnicos profissionalizantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.		CD: 05/09/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
163.	PL 6560/2016	Dep. Eduardo Barbosa - PSDB/MG	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a formação do profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho.		13/12/2016: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/16, PÁG 360 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

164.	PL 5334/2016	Dep. EDINHO ARAÚJO - PMDB/SP	Altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que "dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências".		10/06/2016: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/06/16 PÁG 39 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
165.	PL 5793/2016	Rocha PSDB/AC	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração energia renováveis não convencionais (fonte solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e resíduos sólidos).		CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-2117/2011	Câmara dos Deputados
166.	PL 5664/2016	Zé Silva SD/MG	Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).		CD: 05/09/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

167.	PLP 327/2016	Dep. Helder Salomão - PT/ES	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de modificar as faixas de receita brutas de empesas optantes do Simples Nacional e dá outras providências.		CD: 16/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PLP-234/2019.	Câmara dos Deputados
168.	PL 6779/2016	Mariana Carvalho PSDB/RO	Institui o programa de apadrinhamento de espaços públicos.		CD: 16/10/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
169.	PL 5638/2016	Carlos Bezerra PMDB/MT	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, como condição à aplicação da		CD: 12/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-376/2019.	Câmara dos Deputados

			Transferência do Direito de Construir, a necessidade de que o imóvel urbano esteja em situação regular perante as normas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.			
170.	PL 4819/2016	José Medeiros PODE/MT	Dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional.		CD: 19/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 20/03/2019.	Câmara dos Deputados
171.	PL 6196/2016	Carlos Sampaio PSDB/SP	Inclui dispositivos ao Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.		CD: 17/09/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desapensação deste do PL 8045/2010, por ter sido o último retirado pelo Autor.	Câmara dos Deputados

172.	PLS 280/2017	Sen. Antonio Anastasia - PSDB/MG	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares.	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação a particulares do serviço público de fiscalização administrativa, autorizado por lei especial.	07/02/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Na 1ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 2, de 2018-CCJ, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria (fls. 48 e 49).	Senado Federal
173.	PL 6877/2017	Jaime Martins PSD/MG	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental		CD: 24/06/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-3729/2004	Câmara dos Deputados

174.	INC 3070/2017	Leandre PV/PR	Sugere ao Ministério da Educação a inclusão do desenho universal e seus princípios nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos superiores de graduação em engenharia e arquitetura.		12/06/2018: 1SECM - Primeira Secretaria Encaminhamento de resposta conforme Ofício 1ªSec/RI/I/n. 2241/18, de 12/06/2018	Câmara dos Deputados
175.	PDC 707/2017	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Susta o Decreto 9.076, de 7 de junho de 2017, que dispôs sobre a Conferência Nacional da Cidades.		11/07/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).	Câmara dos Deputados
176.	PDC 733/2017	Dep. Orlando Silva - PCdoB/SP	Susta a Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017, republicada em 21 de junho de 2017, do Ministério da Educação, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.		20/06/2018: CE - Comissão de Educação Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CE, pela Deputada Professora Marcivania (PCdoB-AP).	Câmara dos Deputados

177.	PL 7903/2017	Dep. Francisco Floriano - DEM/RJ	"Dispõe sobre a utilização parcial de água de reuso para fins não potáveis pelo Poder Público Federal".		CD: 26/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-155/2019.	Câmara dos Deputados
178.	PL 7622/2017	Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - PTN/TO Dep. Carlos Henrique Gaguim - PODE/TO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tratar da responsabilidade civil por danos decorrentes de defeitos construtivos em imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.		CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-174/2019.	Câmara dos Deputados
179.	PL 7592/2017	Dep. Paulo Abi-ackel - PSDB/MG	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para incluir a construção de hospitais e escolas dentre as atividades consideradas de interesse social para efeito de supressão de Área de Preservação Permanente.		CD: 17/09/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

180.	PL 7504/2017	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas para bicicletas em estacionamentos.		CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-343/2019.	Câmara dos Deputados
181.	PL 7963/2017	Dep. Marcelo Álvaro Antônio - PR/MG Dep. Marcelo Álvaro Antônio - PSL/MG	Altera o a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	Estabelece que os municípios podem alterar a destinação de áreas urbanas de acordo com o interesse público.	01/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/08/2017.	Câmara dos Deputados
182.	PL 7230/2017	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a contratação de projetos e serviços de consultoria.		CD: 28/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-555/2019.	Câmara dos Deputados
183.	PL 8277/2017	Dep. Cajar Nardes - PR/RS Dep. Cajar Nardes - PODE/RS	Dispõe sobre o reúso de água para fins não potáveis em novas edificações públicas federais e privadas residenciais,	Altera as Leis nºs: 9.433, de 1997; 10.257, de 2001 e 11.445, de 2007.	CD: 26/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de	Câmara dos Deputados

			comerciais e industriais, e dá outras providências.		desarquivamento constante do REQ-155/2019.	
184.	PL 8474/2017	Dep. Rogério Silva - PROS/MT Dep. Rogério Silva - PMDB/MT	Altera a Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", para alterar os valores limites das modalidades licitatórias.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados

185.	PL 7270/2017	Dep. Irajá Abreu - PSD/TO	Disciplina a regularização fundiária em áreas urbanas e dá outras providências.	Altera as Leis nº 11.977, de 2009 e 12.651, de 2012.	20/04/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/04/17 PÁG 101 COL 01.	Câmara dos Deputados

186.	PL 8705/2017	Dep. Wilson Filho - PTB/PB	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a profissão de Tecnólogo de Segurança do Trabalho.		17/10/2017: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP). Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/10/17 PÁG 228 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
187.	PL 6869/2017	Dep. Aliel Machado - REDE/PR Dep. Aliel Machado - PSB/PR	Altera a Lei Federal nº 8.429 de 2 de junho 1992, para acrescentar, como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o abandono e/ou desuso a equipamento, obra, ou quaisquer bens públicos.		CD: 04/07/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Designado Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE)	Câmara dos Deputados
188.	PL 8147/2017	Dep. Jéssica Sales - PMDB/AC	Torna obrigatório o Plano de Evacuação de Unidades Hospitalares em situação de risco.		CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-471/2019.	Câmara dos Deputados
189.	PL 8183/2017	Dep. João Daniel - PT/SE	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de	Trata de licitação nas empresas estatais.	CD: 09/04/2019: CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.			
190.	PL 9177/2017	Dep. Lucio Mosquini - PMDB/RO	Dispõe sobre a inexigibilidade de licenciamento ambiental para os casos que especifica.		CD: 24/06/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-3729/2004	Câmara dos Deputados
191.	PL 9240/2017	Dep. Nilto Tatto - PT/SP	Altera a Lei n° 11.977 de 2009 para tornar obrigatório o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável na implantação de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU.		CD: 14/05/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-9025/2017	Câmara dos Deputados

192.	PL 6876/2017	Dep. Jaime Martins - PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-428/2019.	Câmara dos Deputados
193.	PL 6988/2017	Dep. Professor Victório Galli - PSC/MT Dep. Professor Victório Galli - PSL/MT	Altera o § 3º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), para instituir o seguro-garantia em todos os contratos de obras, fornecimentos e serviços públicos.		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-727/2019.	Câmara dos Deputados
194.	PL 6950/2017	Leandre PV/PR	Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.		CD: 09/07/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-3645/2019	Câmara dos Deputados

195.	PL 6977/2017	Dep. Pr. Marco Feliciano - PSC/SP Dep. Pr. Marco Feliciano - PODE/SP	Modifica o artigo 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de pichação e aumentar o valor da multa prevista no § 1º do artigo 49-A do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.		13/09/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-6447/2016	Câmara dos Deputados
196.	PL 7050/2017	Dep. Professor Victório Galli - PSC/MT Dep. Professor Victório Galli - PSL/MT	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.		CD: 30/09/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Memo nº 161/19 à CTASP, solicitando apensar o PL 313/19 ao de nº 7050/17.	Câmara dos Deputados

197.	PL 9396/2017	Dep. Waldenor Pereira - PT/BA	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia - UFSB a partir do desmembramento do Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia, e dá outras providências.		CD: 10/07/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).	Câmara dos Deputados
198.	PL 9392/2017	Dep. Cabo Sabino - PR/CE Dep. Cabo Sabino - AVANTE/CE	Altera os arts. 66, 67, 68, 69 e 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, aumentando as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		07/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/02/2018.	Câmara dos Deputados
199.	PL 9399/2017	Dep. Vicentinho - PT/SP Dep. Vicentinho Júnior - PR/TO Sen. Vicentinho Alves - PR/TO	Torna obrigatória a inspeção periódica das medidas de segurança contra incêndio em edificação predial em geral e dá outras providências.		CD: 18/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 9.170/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 9.170/2018, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 9.399/2017 e n. 7.823/2014 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se.".	Câmara dos Deputados

200.	PL 9401/2017	Dep. Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA	Altera o artigo 23 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 para dispor sobre limites de valores que determinam a modalidade de licitação em convite, tomada de preços ou concorrência.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados
201.	PL 8454/2017 SF: PLS 137/2017	Sen. João Alberto Souza - PMDB/MA	Dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros.		CD: 21/08/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 22/08/2019, Letra B.	Câmara dos Deputados
202.	CD: PL 9617/2018 SF: PLS 325/2017	Sen. João Capiberibe - PSB/AP	Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos		CD: 16/10/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Aprovado por Unanimidade o Parecer.	Câmara dos Deputados

			organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular.			
203.	PLP 453/2017	Dep. Gonzaga Patriota - PSB/PE	Altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.		CD: 27/09/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Publicado no DCD de 28/09/2019, Letra A.	Câmara dos Deputados
204.	PLP 464/2017	Dep. Valadares Filho - PSB/SE	Dispõe sobre o procedimento para a incorporação de municípios, nos termos do § 4º do art.18 da Constituição Federal de 1988.		22/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/02/2018.	Câmara dos Deputados

205.	PLP 384/2017	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	Concede condições especiais de pagamento de tributos à micro e pequena empresa constituída por pessoas com idade entre dezoito e vinte e cinco anos.	CD: 13/06/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Hildo Rocha (MDB-MA)	Câmara dos Deputados
206.	PL 7750/2017	Aureo SD/RJ	Dispõe sobre a utilização do símbolo internacional de acessibilidade; modifica a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências.		CD: 09/10/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido ao Relator, Dep. Felipe Francischini (PSL-PR)	Câmara dos Deputados

207.	PL 8265/2017	Luzia Ferreira PPS/MG	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para conferir preferência a projetos culturais populares e locais para doações ou patrocínios de empresas públicas e sociedades de economia mista e para permitir isenção fiscal a doações ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e dá outras providências.		CD: 12/09/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-7619/2017	Câmara dos Deputados
208.	PL 6876/2017	Jaime Martins PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-410/2019.	Câmara dos Deputados
209.	PL 7061/2017	Damião Feliciano PDT/PB	Altera a lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para incluir o direito à mobilidade.		CD: 17/10/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano publicado em avulso e no DCD de 18/10/2019, Letra B.	Câmara dos Deputados

210.	PL 8970/2017	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; 8.666 de 1993; 8.934 de 1994 e 9.099 de 1995.	CD: 17/10/2019: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2717/2019, pelo Deputado André Figueiredo (PDT/CE), que "Requer a desapensação dos PLs nº 4.960/2019 e 4.963/2019 ao PL nº 8.970/17, para que haja tramitação em separado".	Câmara dos Deputados
211.	PL 9025/2017	Nilto Tatto PT/SP	Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.		CD: 17/06/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara Deputados
212.	PEC 326/2017	Laudivio Carvalho SD/MG	Altera o §1º, do art.182 da Constituição Federal, tornando obrigatória a elaboração do Plano Diretor para as cidades.		CD: 23/04/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-1187/2019.	Câmara dos Deputados

213.	VET 13/2018	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 1 de 2014 (nº 1.119/2015, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências".		26/06/2018: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA Ação: Ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional em	Congresso Nacional
214.	PLS 198/2018	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Modifica a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), acrescentando § 5º ao seu art. 1.341, § 3º ao seu art. 1.350 e parágrafo único ao seu art. 1.355, a fim de facilitar a convocação de reuniões de condomínio e respectivas deliberações voltadas à realização de obras nas áreas comuns dos condomínios em edificações voltadas à promoção da acessibilidade das	Altera o Código Civil para facilitar a convocação de assembleia do condomínio e a deliberação sobre a realização de obras condominiais voltadas à promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	04/05/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

			pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.			
215.	PLS 168/2018	Sen. Acir Gurgacz - PDT/RO	Regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica.	Cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, estabelecendo normas gerais para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente e institui a avaliação ambiental estratégica (AAE).	SF: 11/09/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Na 54ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 132, de 2019-CCJ, de iniciativa do Senador Sérgio Petecão, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria (fls. 123 a 127).	Senado Federal

216.	PLS 303/2018	Hélio José PROS/DF	Institui a Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.	Cria e regulamenta a instituição de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.	28/06/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
217.	PDC 901/2018	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Susta os efeitos da Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013, editada pelo Conselho Arquitetura e Urbanismo - CAU.		CD: 29/08/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Tiago Mitraud (NOVO-MG).	Câmara dos Deputados
218.	PL 9663/2018	Dep. Pedro Cunha Lima - PSDB/PB	Altera a Lei nº 9.659, de 27 de maio de 1998, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.		CD: 28/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor Publicado em avulso e no DCD de 29/11/2018, Letra A.	Câmara dos Deputados

219.	PL 9638/2018	Dep. Vanderlei Macris - PSDB/SP	Dispõe sobre a instalação de barras de apoio de mão nos boxes para banho destinados à utilização de hóspedes de empreendimentos ou estabelecimentos que prestem serviços de alojamento temporário, e dá outras providências.		CD: 18/09/2019: CTUR - Comissão de Turismo Designado Relator, Dep. João Marcelo Souza (MDB-MA)	Câmara dos Deputados
220.	PL 9735/2018	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a exigência de licença ambiental prévia para a licitação de obras públicas.	Altera a Lei nº 8.666, de 1993.	CD: 20/12/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 9405/2018, pelo Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que: "Requer, de acordo com os termos regimentais, a subscrição dos Projetos de Lei, Projeto de Lei Complementar e Projeto de Emenda à Constituição do Sr. Julio Lopes, para tornar o Deputado Paulo Abi-Ackel coautor das proposições legislativas mencionadas".	Câmara dos Deputados
221.	PL 9788/2018	Dep. Mário Heringer - PDT/MG	Altera o art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras		CD: 04/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			providências", para incluir no Estudo de Impacto de Vizinhança, EIV, análise de demanda por estacionamento de veículos automotores e segurança pública.			
222.	PL 9790/2018	Dep. Mário Heringer - PDT/MG	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", a fim de estabelecer preferência no desempate em processo licitatório para empresa que comprove mitigação à mudança do clima, e dá outras providências.		27/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295.	Câmara dos Deputados

223.	PL 9474/2018	Dep. Chico D'angelo - PT/RJ Dep. Chico D'angelo - PDT/RJ	Estabelece as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais.		CD: 18/06/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 1.605/2019, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 1.605/2019, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 1.801/2019 e n. 9.474/2018 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se.	Congresso Nacional
224.	PL 9809/2018	Dep. Walter Ihoshi - PSD/SP	Isenta de custas e emolumentos registros, matrícula e averbações de imóveis tombados.	Altera dispositivo legal da Lei nº 10.169, de 2000.	04/04/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
225.	PL 10596/2018	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), para criar um sistema de compartilhamento de bicicletas nas áreas urbanas.		CD: 01/07/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-3242/2019.	Câmara dos Deputados
226.	PL 9927/2018	Dep. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO Dep. Carlos Henrique	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, no conteúdo mínimo do plano diretor, normas sobre instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes)		09/04/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/04/2018.	Câmara dos Deputados

		Gaguim - PODE/TO				
227.	PL 9813/2018	Dep. Alessandro Molon - PSB/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 2009, para permitir o uso de técnicas de bioconstrução nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.		25/06/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Avulso Inicial	Câmara dos Deputados
228.	PL 9818/2018	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Revoga os parágrafos 1º e 2º do Art. 3º da Lei 12.378 de 31 de dezembro julho de 2010.	Revoga prerrogativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de definir área de atuação privativa dos arquitetos e urbanistas e áreas de atuação compartilhada.	CD: 07/10/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pela Deputada Flávia Morais (PDT-GO).	Câmara dos Deputados
229.	PLP 482/2018	Dep. André Amaral - PMDB/PB Dep. André Amaral - PROS/PB	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer regra para a execução de transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios		22/03/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/03/2018.	Câmara dos Deputados

			para a realização de obras públicas e projetos de engenharia			
230.	PL 10657/2018	Vanderlei Macris PSDB/SP	Tipifica o crime de fraude em obra ou serviço de engenharia.	Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 1940.	CD: 16/10/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Retirado de pauta a requerimento do Deputado Rogério Correia.	Câmara dos Deputados
231.	PL 10653/2018	Pedro Paulo DEM/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a fim de elevar para 5% o percentual mínimo de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) adaptadas ao uso por pessoas com deficiência e para determinar que as demais unidades sejam construídas de forma a permitir adaptações posteriores diferenciadas de acordo com as necessidades dos usuários.		CD: 09/07/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-6950/2017	Câmara dos Deputados

232.	CD: PLP 500/2018 SF: PLC 76/2018	Jorginho Mello PR/SC	Altera Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018 que institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), a fim de permitir a entrada novamente dos optantes do simples nacional excluídos em janeiro de 2018. NOVA EMENTA: Altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional)		SF: 18/06/2019: SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários Ação: Anunciado o recebimento, do Senhor Presidente da República, da Mensagem nº 246, de 2019, na origem, que restitui os autógrafos do presente projeto, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 168, de 2019. Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo. Recebido em: SEXPE - Secretaria de Atas e Diários em 18/06/2019	Câmara dos Deputados

			dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018.			
233.	PLS 402/2018 PL 3645/2019	Hélio José PROS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.	Altera o Estatuto da Cidade, para estabelecer que os projetos que tratem de serviços, equipamentos e instalações abertos ao público ou de uso coletivo devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.	CD: 15/08/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Toninho Wandscheer (PROS-PR)	Câmara dos Deputados
234.	VET 29/2018	Presidência da República	Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018 - Complementar (nº 500/2018 - Complementar, na Casa de origem), que "Autoriza, no prazo que especifica, o retorno ao Regime		SF: 10/06/2019: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Anexado o texto revisado (fl.20).	Congresso Nacional

			Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em 1º de janeiro de 2018".			
235.	PDC 1068/2018	Professor Victório Galli PSL/MT	Susta a Agenda 2030 (ONU), que formulam políticas que estimulam a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Governos, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais, ações que dialogam com o cumprimento dos ODS por meio de ações integradas, para erradicar a		CD: 21/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/11/2018.	Câmara dos Deputados

			pobreza, promover o crescimento econômico e a sustentabilidade do planeta.			
236.	PLP 547/2018	Zé Silva SD/MG	Altera a Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer a obediência ao fluxo orçamentário-financeiro na execução de obras e serviços de engenharia (Fluxo Orçamentário-Financeiro das Obras).		CD: 21/11/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
237.	PL 10996/2018	Hildo Rocha MDB/MA	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de		CD: 08/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-4162/2019.	Câmara dos Deputados

			novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.			
238.	PL 11216/2018	Givaldo Vieira PCdoB/ES	Altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que "institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências; e altera dispositivos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico		CD: 16/10/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Miguel Haddad (PSDB-SP)	Câmara dos Deputados

			e dá outras providências.			
239.	PLS 529/2018	Dalirio Beber PSDB/SC	Altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade; nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal; e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano, para fortalecer a autonomia local e a segurança jurídica em matéria ambiental e urbanística.	Propõe introdução na Política Nacional do Meio Ambiente e no Estatuto da Cidade de diretrizes relativas à garantia da segurança jurídica e ao respeito ao direito adquirido e ao direito de propriedade, que estariam caracterizados a partir do cumprimento dos ônus de urbanização, no caso de loteamentos, e da expedição do habite-se, no caso de edificações.	SF: 21/08/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Em reunião realizada em 21/08/2019, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator, Senador Dário Berger. ********** Retificado em 21/08/2019********** Em reunião realizada em 21/08/2019, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatora, para reexame. Ao gabinete.	Senado Federal
240.	PL 11161/2018	Carlos Henrique Gaguim DEM/TO	Acrescenta § 2º ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional",		CD: 11/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no Requerimento n. 9382/2018, conforme o seguinte teor: "Dou por prejudicado o Requerimento n. 9.382/2018, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos	Câmara dos Deputados

			para atribuir aos conselhos de fiscalização do exercício profissional a prerrogativa de avaliar a compatibilidade entre o conteúdo programático de cursos de pós-graduação e as profissões por eles abrangidas, bem como para apurar a respectiva qualidade.		Deputados, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 11.161/2018 já tramita apensado ao Projeto de Lei n. 791/2011. Publique-se. Oficie-se".	
241.	SUG 28/2018	Programa e-Cidadania	Fim da anualidade obrigatória dos Conselhos Regionais para profissionais e empresas		SF: 26/02/2019: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: A matéria continua na relatoria do Senador Sérgio Petecão.	Senado Federal
242.	PL 9746/2018	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre a padronização e certificação de procedimentos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente		CD: 17/09/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.			
243.	PEC425/2018	João Paulo Papa PSDB/SP	Dá nova redação aos Artigos 6º e 23 da Constituição Federal para dispor sobre o saneamento básico como direito social e o acesso aos serviços públicos de saneamento básico como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-811/2019.	Câmara dos Deputados
244.	PL 10835/2018	Carlos Sampaio PSDB/SP	Altera a Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para incentivar a proteção e a preservação do patrimônio histórico brasileiro.		CD: 06/05/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-2314/2019.	Câmara dos Deputados
245.	PL 1592/2019	Celina Leão PP/DF	Dispõe sobre a fixação de obstáculos nos limites nas quadras ou conjuntos residenciais dos		CD: 05/09/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			Estados e do Distrito Federal.			
246.	PL 1561/2019	Edna Henrique PSDB/PB	Dispõe sobre a climatização e conforto térmico em estabelecimentos públicos e privados de saúde.		CD: 08/07/2019: CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CSSF, pelo Deputado Pedro Westphalen (PP-RS).	Câmara dos Deputados
247.	PRC 53/2019	Hugo Leal PSD/RJ	Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n° 17, de 21 de setembro de 1989, para extinguir as Comissões de Viação e Transportes e de Desenvolvimento Urbano e criar a Comissão de Infraestrutura.		CD: 16/04/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/04/2019	Câmara dos Deputados
248.	PL 1919/2019	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 para determinar implantação de ciclovias e ciclofaixas		CD: 16/04/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/04/2019.	Câmara dos Deputados

			nos municípios no plano diretor.			
249.	PL 1885/2019	José Medeiros PODE/MT	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre a não obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e aos conselhos de fiscalização profissional.		CD: 16/04/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/04/2019.	Câmara dos Deputados
250.	PL 1777/2019	General Peternelli PSL/SP	Altera as Leis n° 7.116, de 1983, nº 9.454, de 1997, e n° 13.444, de 2017, para estabelecer a adoção de número único para os documentos que especifica.	Projeto cadastrado em virtude da aplicação do Nº único para Carteiras Profissionais.	CD: 07/05/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no Requerimento n. 1070/2019, conforme o seguinte teor: "Dou por prejudicado o Requerimento n. 1.070/2019, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo em vista que os Projetos de Lei n. 1.777/2019 e 1.422/2019 já tramitam conjuntamente. Publique-se".	Câmara dos Deputados

251.	PL 1435/2019	Frei Anastacio Ribeiro PT/PB	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências" (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana.		CD: 24/04/2019: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 1317/2019, pelo Deputado Frei Anastacio Ribeiro (PT-PB), que: "Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do PL 1.435/2019, que 'Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que 'regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências' (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana'".	Câmara dos Deputados
252.	PL 1250/2019	Mara Gabrilli PSDB/SP	Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.		SF: 22/03/2019: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Lucas Barreto, para emitir relatório.	Senado Federal
253.	PL 783/2019	Clarissa Garotinho PROS/RJ	ltera a Lei nº 9615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé) para incluir dispositivos de higiene, segurança e salubridade aos alojamentos de clubes e entidades desportivas e dá outras providências.		CD: 12/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/03/2019.	Câmara dos Deputados

254.	PL 617/2019	Luiz Nishimori PR/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para modificar a destinação de receitas arrecadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, e dá outras providências.		CD: 11/03/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
255.	PLP 16/2019	Álvaro Dias PODE/PR	Regulamenta os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, bem como de suas subsidiárias.	Estabelece o regulamento da empresa pública e da sociedade de economia mista exploradoras de atividade econômica.	SF: 27/02/2019: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Tasso Jereissati, para emitir relatório.	Senado Federal
256.	PL 722/2019	André Fufuca PP/MA	Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das		CD: 04/09/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-4630/2019.	Câmara do Deputados

			categorias profissionais, cobradas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.			
257.	PL 357/2019	Leandre PV/PR	Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para equiparar a resíduos perigosos os rejeitos de mineração depositados em barragens à jusante das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento e para prever a utilização de instrumentos econômicos para a redução de geração e o aproveitamento desses rejeitos e o desenvolvimento de tecnologias de maior ganho social e menor risco ambiental.		CD: 19/02/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 20/02/2019.	Câmara dos Deputados

258.	PL 293/2019	Rubens Otoni	Altera e acrescenta dispositivos à Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 para regular a destinação ou disposição final de resíduos provenientes da construção civil e das demolições.		CD: 18/02/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 19/02/2019.	Câmara dos Deputados
259.	PL 509/2019	Luiz Lima PSL/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a obrigatoriedade de elaboração de "plano de gestão democrática" como parte integrante do plano diretor das cidades.		CD: 01/10/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 02/10/2019)	Câmara dos Deputados
260.	PL 940/2019	Elcione Barbalho MDB/PA	Altera a Lei nº 13.245, de 30 de março de 2017, e dá outras providências.		CD: 26/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 27/03/2019.	Câmara dos Deputados

261.	PL 1215/2019	Ricardo Izar PP/SP	Altera os artigos 23 e 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os limites aplicáveis às modalidades de licitação e os percentuais aplicados para caracterizar dispensa de licitação.		CD: 28/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/03/2019.	Câmara dos Deputados
262.	PL 230/2019	Roberto de Lucena	Altera a Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados, além de definir a norma padrão de acessibilidade a ser seguida, e dá outras providências.		CD: 20/05/2019: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Recebimento pela CPD.	Câmara dos Deputados

263.	PL 1357/2019	Célio Studart PV/CE	Institui, em todo território nacional, o selo "Acessibilidade Nota 10", como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.		CD: 05/09/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
264.	PL 1005/2019	Ricardo Izar PP/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, prevendo a implantação de calçadas ecológicas e dá outras providências.		CD: 13/08/2019: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2122/2019, pelo Deputado Weliton Prado (PROS/MG), que " Requer a inclusão de coautoria ".	Câmara dos Deputados
265.	PL 1549/2019	Schiavinato PP/PR	Altera ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação à distância e dar outras providências.		CD: 09/04/2019: CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família Recebimento pela CSSF.	Câmara dos Deputados

266.	PL 2234/2019	Jorginho Mello PR/SC	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o “SIMPLES TRABALHISTA”.		SF: 26/06/2019: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Na 24ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais aprova o Requerimento nº 73, de 2019-CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2234, de 2019, que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o 'SIMPLES TRABALHISTA'". Matéria aguardando realização de audiência pública em data oportuna.	Senado Federal
267.	PL 2609/2019	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 para determinar à implementação de mecanismos de estimulo a instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.		CD: 26/06/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-3020/2019.	Câmara dos Deputados

268.	PL 2296/2019	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 para determinar implantação e manutenção de paraciclos no plano diretor.		CD: 08/05/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 09/05/2019.	Câmara dos Deputados
269.	PL 2380/2019	Severino Pessoa PRB/AL	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados às necessidades especiais de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados.		CD: 15/10/2019: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Devolução à CCP	Câmara dos Deputados
270.	PL 2510/2019	Rogério Peninha Mendonça MDB/SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		CD: 26/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-4472/2019.	Câmara dos Deputados

271.	PL 1893/2019	Renildo Calheiros PCdoB/PE	Institui o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN		CD: 16/05/2019: CCULT - Comissão de Cultura Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 17/05/2019)	Câmara dos Deputados
272.	PL 2494/2019	Leila Barros PSB/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos.		SF: 24/09/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 12h, o Relatório do Senador Marcos do Val, com voto pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	Câmara dos Deputados
273.	PL 2234/2019	Jorginho Mello PR/SC	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº		SF: 23/04/2019: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Paulo Paim, para emitir relatório.	Câmara dos Deputados

			9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o “SIMPLES TRABALHISTA”.			
274.	MPV 881/2019 PLV 21/2019	Presidência da República	Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências.	Altera as Leis nº: 10.406, de 2002; 6.404, de 1976; 11.101, de 2005; 11.598, de 2007; 12.682, de 2012; 6.015, de 1973 e 10.522, de 2002. Altera o Decreto-lei nº 9.760, de 1946. Revoga a Lei Delegada nº 4, de 1962 e a Lei nº 11.887, de 2008.	CD: 23/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no REQ 2065/2019, conforme o seguinte teor: "Declaro prejudicado o Requerimento n. 2.065/2019, com fundamento no art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque a Medida Provisória n. 881/2019 já foi apreciada pela Câmara dos Deputados e será remetida ao Senado Federal para deliberação. Publique-se".	À sanção
275.	PL 2472/2019	Angelo Coronel PSD/BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades) e a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para prever a obrigatoriedade de adoção de redes subterrâneas de cabeamento elétrico, telefônico ou		SF: 11/09/2019: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Wellington Fagundes, para emitir relatório.	Senado Federal

			congênere em zonas urbanas dos municípios brasileiros.			
276.	PL 2851/2019	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas para bicicletas em prédios públicos.		CD: 04/09/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-4705/2019.	Câmara dos Deputados
277.	PL 3235/2019	Evair Vieira de Melo PP/ES	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em		CD: 13/08/2019: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2107/2019, pelo Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), que "Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3235/2019. ".	Câmara dos Deputados

			Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados; e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos			

			para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.			
278.	PL 2370/2019	Jandira Feghali PCdoB/RJ	Altera os arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 15,16, 17, 19, 20, 24, 25, 28, 29, 30, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 68, 77, 78, 79, 81, 86, 90, 95, 96, 97, 100-B, 101, 102, 103, 107, 108 e 109 e acrescenta os arts. 30-A, 52-A, 52-B, 52-C, 52-D, 52-E, 61-A, 67-A, 85-A, 88-A, 88-B, 88-C, 99-C, 99-D, 110-A, 110-B, 110-C, 110-D, 110-E, 110-F, 110-G, 110-H, 110-I, 110-J, 110-K, 110-L, 111-A, 111-B, 113-A e 113-B na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.		CD: 13/08/2019: CCULT - Comissão de Cultura Designada Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS)	Câmara dos Deputados

279.	PL 2992/2019	Eduardo Gomes MDB/TO	Dispõe sobre a validação de diplomas da educação superior expedidos irregularmente.		SF: 17/10/2019: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido o relatório do Senador Roberto Rocha, com voto pela aprovação do projeto (fls. 5 a 8).	Senado Federal
280.	PL 2971/2019	Rose de Freitas PODE/ES	Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropelidos e institui normas para circulação de bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropelidos.		SF: 05/07/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento, do Senador Styvenson Valentim, que solicita a tramitação em conjunto do Projeto de Lei n° 2971, de 2019 com o Projeto de Lei n° 3066, de 2019 e o Projeto de Lei nº 3112, de 2019. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
281.	PL 3053/2019	André de Paula PSD/PE	Dispõe sobre o compartilhamento de veículo e equipamento individual autopropelido, destinado a micromobilidade em vias públicas urbanas, realizado por meio de aplicativos ou outras		CD: 15/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 2.388/2019, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 2.388/2019, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 3.053/2019 e n. 8.085/2014 tratam de matérias correlatas".	Câmara dos Deputados

			plataformas de comunicação em rede.			
282.	PL 1893/2019	Renildo Calheiros PCdoB/PE	Institui o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN		CD: 29/05/2019: CCULT - Comissão de Cultura Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foram apresentadas 3 emendas.	Câmara dos Deputados
283.	PL 2606/2019	Gonzaga Patriota PSB/PE	Disciplina o transporte de patinetes e similares em ciclovias e ciclofaixas e dá outras providências.		CD: 28/05/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/05/2019.	Câmara dos Deputados
284.	RIC 550/2019	Fabio Reis MDB/SE	Solicita informações ao Sr. Ministro da Economia sobre a situação da implantação da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto 9.377, de 17 de maio de 2018.		CD: 17/06/2019: 1SECM - Primeira Secretaria Recebimento de resposta conforme Ofício SEI nº 279/2019/GNE-ME, 17 de junho de 2019, do Ministério da Economia.	Câmara dos Deputados

285.	PL 844/2019	José Medeiros PODE/MT	Dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional.		CD: 18/06/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
286.	PL 3189/2019	Fernando Monteiro PP/PE	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a		CD: 19/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Deferido o Requerimento n. 2.107/2019, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro a retirada do Projeto de Lei n. 3.235/2019, nos termos dos arts. 104, caput, e 114, VII, do RICD. Publique-se. Arquive-se".	Câmara dos Deputados

			Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados e dá outras providências.			
287.	PL 3235/2019	Evair Vieira de Melo PP/ES	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a		CD: 19/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Retirado o PL n. 3.235, em razão do deferimento do Requerimento 2107/2019, nos termos dos arts. 104, caput, e 1/2015, VII, do RICD.	Câmara dos Deputados

			prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados; e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.			

288.	PEC 80/2019	Flávio Bolsonaro PSL/RJ	Altera os artigos 182 e 186 da Constituição Federal para dispor sobre a função social da propriedade urbana e rural.	Regulamenta a função social da propriedade urbana e condiciona a desapropriação da propriedade urbana e da rural à prévia autorização do poder legislativo ou de decisão judicial, observando-se em ambos os casos o valor de mercado da propriedade na indenização.	SF: 09/07/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, nesta Comissão, o relatório da Senadora Juíza Selma, com voto favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta. Matéria pronta para a pauta na Comissão.	Senado Federal
289.	PL 3261/2019	Tasso Jereissati PSDB/CE	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em		CD: 09/10/2019: PL326119 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3261, de 2019, do Senado Federal, que "atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (Lei de Consórcios Públicos), para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 13.089,	Câmara dos Deputados

			Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a		de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Lei de Resíduos Sólidos), para tratar de prazos para a disposição final ambientalment Parecer do Relator, Dep. Geninho Zuliani (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3070/2019, do PL 3189/2019, do PL 4162/2019, do PL 3239/2019, do PL 3343/2019, do PL 10996/2018, do PL 3620/2019, e do PL 3770/2019, apensados, com substitutivo.	

			finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.			
290.	PL 3070/2019	Rejane Dias PT/PI	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para prever a capacitação técnica dos Municípios pela União para a elaboração e implementação dos planos de saneamento básico.		CD: 19/06/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 20/06/2019.	Câmara dos Deputados
291.	PL 2875/2019	Tereza Nelma PSDB/AL	Altera a Lei Brasileira de Inclusão para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias.		CD: 17/10/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 18/10/2019, Letra A.	Câmara dos Deputados
292.	PL 2942/2019	Senado Federal - José Serra PSDB/SP	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), para estabelecer que		CD: 17/09/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Senado Federal

			informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região.			
293.	PL 3087/2019	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, prevendo a implantação de bicicletas públicas compartilhadas.		CD: 19/06/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 20/06/2019.	Câmara dos Deputados
294.	PL 3343/2019	Afonso Florence PT/BA	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo		CD: 19/06/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se à(ao) PL-3189/2019. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Câmara dos Deputados

			de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; a Lei 11.107, de 06 de abril de 2005; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente de rejeitos e dá outras providências.			
295.	PL 3323/2019	Pedro Westphalen PP/RS	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências", para permitir a redução da largura da faixa não-edificável ao longo das faixas de domínio público de rodovias e ferrovias.		CD: 09/09/2019: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2355/2019, pelo Deputado Pedro Westphalen (PP/RS), que "Requer que o Projeto de Lei nº 3.323, de 2019, seja apensado ao Projeto de Lei nº 693, de 2019".	Câmara dos Deputados

296.	PL 3598/2019	Leila Barros PSB/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer a prática do ciclismo e promover a integração de modais no transporte urbano.		SF: 09/09/2019: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Alessandro Vieira, para emitir relatório.	Senado Federal
297.	PL 3242/2019	Vinicius Poit NOVO/SP	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte com veículos ciclo motorizados elétricos e dá outras providências.		CD: 04/07/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/07/2019.	Câmara dos Deputados
298.	PL 3451/2019	Sanderson PSL/RS	Revoga a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura,		CD: 06/08/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 1.854/2019, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 1.854/2019, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 3.451/2019 e n.	Câmara dos Deputados

			Agronomia e Veterinária.		2.861/2008 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se."	
299.	PL 3117/2019	Vicentinho Júnior PL/TO	Dispõe sobre o Regime de uso do bioma Cerrado, bem como da sua conservação, preservação, proteção, utilização e regeneração.		CD: 27/06/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 28/06/2019.	Câmara dos Deputados
300.	PL 3020/2019	Célio Studart PV/CE	Determina a instalação de sistemas de reuso de água em edificações	Altera a Lei nº 10.257, de 2001.	CD: 27/06/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 28/06/2019.	Câmara dos Deputados
301.	PL 1171/2019	Dr. Jaziel PR/CE	Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	CD: 10/07/2019: CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família Aprovado requerimento do Sr. Dr. Zacharias Calil que requer realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 1.171/19 e PL 1.549/19 que tratam sobre educação a distância nas graduações dos cursos da saúde e da engenharia civil e agronômica.	Câmara dos Deputados

302.	MPV 851/2018	Presidência da República	Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências.	Institui o marco regulatório dos fundos patrimoniais: criação, gestão e fiscalização, instrumentos de parceria com o setor público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto.	CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Recebimento do Ofício nº 53/2019 (CN) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do PLv 31/2018 (MPV 851/2015) SF: 21/06/2019: SF-COARQ - Coordenação de Arquivo Ação: Encaminhado por solicitação. Recebido em: PLEN - Coordenação de Arquivo em 24/06/2019	Congresso Nacional
303.	PLP 160/2019	Paulo Bengtson PTB/PA	Estabelece normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações decorrentes do exercício da competência comum prevista no art. 23, incisos VI e IX e parágrafo único da Constituição Federal, para autorizar a União, os Estados e o Distrito Federal a apoiarem as iniciativas municipais que visem à		CD: 17/10/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano publicado no DCD de 18/10/2019, Letra A.	Câmara dos Deputados

			implantação de telhados verdes.			
304.	PL 6108/2016	Francisco Chapadinha PTN/PA	Cria o Fundo Nacional de Incentivo ao Uso da Bicicleta - FUNBIKE, transforma a bicicleta como meio de transporte regular, torna obrigatória a previsão de ciclovias e ciclofaixas na malha viária urbana e dá outras providências.		CD: 24/06/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-3483/2019.	Câmara dos Deputados
305.	PL 3481/2019	Jader Barbalho MDB/PA	Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças no respectivo programa.		SF: 24/06/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram recebidas Emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal

306.	PL 3274/2019	Eli Corrêa Filho DEM/SP	Dispõe sobre o Sistema Compartilhado de Micromobilidade como instrumento da Política Nacional de Mobilidade Urbana.		CD: 08/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-5341/2019.	Câmara dos Deputados
307.	Samuel Moreira PSDB/SP	Samuel Moreira PSDB/SP	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais		CD: 04/07/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/07/2019.	Câmara dos Deputados

			do saneamento básico no País; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados; e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.			
308.	PL 3181/2019	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, prevendo a implantação de calçadas com acessibilidade.		CD: 29/08/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

309.	PL 3818/2019	Geninho Zuliani DEM/SP	Dispõe sobre a alteração do Título II, Capítulo V, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, (Decreto Lei nº. 5452/43), no tocante à Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho		CD: 04/09/2019: CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
310.	PL 3823/2019	Rubens Otoni PT/GO	Acrescenta dispositivo Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir hipótese de imóvel subutilizado.		CD: 15/08/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Zé Carlos (PT-MA)	Câmara dos Deputados
311.	PL 3620/2019	Expedito Netto PSD/RO	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para determinar a compatibilização dos planos de saneamento básico com os planos diretores ou com os planos de desenvolvimento urbano integrado.		CD: 15/07/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 16/07/2019.	Câmara dos Deputados

312.	PL 3710/2019	Margarida Salomão PT/MG	Regulamenta o exercício da profissão de Agroecólogo.		CD: 15/07/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 16/07/2019.	Câmara dos Deputados
313.	PL 3816/2019	Styvenson Valentim PODEMOS/RN	Acrescenta o § 5º ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a prática de sobrepreço nas contratações de obras e serviços de engenharia nos casos de dispensa de licitação em função de emergência ou calamidade pública.		SF: 07/08/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir relatório.	Senado Federal
314.	CD: PL 693/2019 SF: PL 693/2019	Jorginho Mello PL/SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	Altera a Lei nº 6.766/1979(Parcelamento do Solo Urbano), para diminuir para 5 metros a faixa não-edificável ao longo de rodovias e ferrovias	CD: 17/10/2019: CVT - Comissão de Viação e Transportes Devolução à CCP.	Câmara dos Deputados
315.	PL 3373/2019	Igor Kannário PHS/BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para que a previsão de áreas de habitação de interesse social,		CD: 29/08/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			no plano diretor ou em projetos específicos, esteja vinculada à previsão de mecanismos para garantir assistência técnica pública e gratuita às famílias de baixa renda para o projeto e a construção de habitação de interesse social, em conformidade com a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.			
316.	PL 3770/2019	Vicentinho Júnior PL/TO	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para dispor sobre solução de esgotamento sanitário em programas habitacionais públicos federais ou subsidiados com recursos públicos federais.		CD: 15/07/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 16/07/2019.	Câmara dos Deputados

317.	PL 4027/2019	Arolde de Oliveira PSD/RJ	Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer a cooperação entre as polícias judiciárias e os órgãos de controle.		SF: 05/09/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Marcos do Val, para emitir relatório.	Senado Federal
318.	PL 4135/2019	Acir Gurgacz PDT/RO	Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropelidos e institui normas para circulação de bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropelidos.		SF: 21/08/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Izalci Lucas (art. 129 do RISF).	Senado Federal
319.	PL 4162/2019	Poder Executivo	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência sobre o		CD: 09/08/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/08/2019.	Câmara dos Deputados

			serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito			

			de aplicação às microrregiões; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.			
320.	PL 4180/2019	Roberto de Lucena PODE/SP	Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de água residencial ou comercial.		CD: 09/08/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
321.	REC 34/2019	Joaquim Passarinho PSD/PA	Recurso contra a apreciação conclusiva das Comissões do Projeto de Lei nº 2043, de 2011, que "Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências		CD: 11/09/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no Requerimento n. 2317/2019, conforme o seguinte teor: “Indefiro a retirada de assinatura do Recurso n. 34/2019, contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei n. 2.043/2011, nos termos do art. 102, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.”	Câmara dos Deputados

322.	PL 4193/2019		Altera a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para prever a implementação e a manutenção, pelos cursos de arquitetura e engenharia das instituições públicas de ensino superior, de escritórios sociais, para atendimento gratuito à população de baixa renda, na elaboração de projetos e no acompanhamento técnico da construção de habitações de interesse social.		SF: 28/08/2019: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído à Senadora Soraya Thronicke, para emitir relatório.	Senado Federal

323.	PL 4120/2019	Rubens Bueno CIDADANIA/PR	Dispõe sobre a instalação de detectores de monóxido de carbono em imóveis residenciais.		CD: 12/09/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 13/09/2019, Letra A.	Câmara dos Deputados
324.	PEC 108/2019	Poder Executivo	Dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais. Dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais.		CD: 16/10/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 115/2019, pelo Deputado Léo Moraes (PODE-RO), que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater a PEC 108/2019 que dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais".	Câmara dos Deputados
325.	PL 3979/2019	Eduardo Bismarck PDT/CE	Regulamenta a atuação das autarquias especiais, isto é, os Conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas, destinadas ao controle e fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias profissionais, geridas por profissionais eleitos pelos seus pares.		CD: 11/09/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

326.	PL 3924/2019	Cabo Junio Amaral PSL/MG	Dá nova redação ao art. 13 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004		CD: 01/08/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 02/08/2019.	Câmara dos Deputados
327.	PL 4093/2019	Marcelo Freixo PSOL/RJ	Dispõe sobre mecanismos de avaliação de impactos ambientais e dá outras providências.		CD: 10/09/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Kim Kataguiri (DEM-SP)	Câmara dos Deputados
328.	PL 4088/2019	Nereu Crispim PSL/RS	Torna mais rigorosa a pena cominada para o crime de pichação ou conspurcação de edificação ou monumento urbano, alterando a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.		CD: 01/08/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/08/2019.	Câmara dos Deputados
329.	PL 4046/2019	Guiga Peixoto PSL/SP	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, a fim de		CD: 09/09/2019: CVT - Comissão de Viação e Transportes Recebimento pela CVT, apensado ao PL-2769/2019	Câmara dos Deputados

			tratar sobre vaga de estacionamento emergencial nas proximidades de farmácias, drogarias, hospitais e clínicas médicas.			
330.	PL 4090/2019	Paulo Bengtson PTB/PA	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para disciplinar a logística reversa de tintas, vernizes e solventes.		CD: 31/07/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
331.	PL 4141/2019	Sergio Vidigal PDT/ES	Dispõe sobre a obrigação de colocação de placas informativas em obras públicas paralisadas.		CD: 31/07/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
332.	PL 3481/2019	Jader Barbalho MDB/PA	Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas		SF: 21/08/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Plínio Valério, para emitir relatório.	Câmara dos Deputados

			alagadiças no respectivo programa.			
333.	PL 4663/2019	Veneziano Vital do Rêgo PSB/PB	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).		SF: 09/10/2019: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Jorginho Mello, para emitir relatório.	Senado Federal
334.	PL 4604/2019	Luiz Lima PSL/RJ	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de		SF: 03/09/2019: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: A 30ª reunião extraordinária, agendada para o dia 03/09/2019, é cancelada.	Câmara dos Deputados

			bicicletas e pedestres.			
335.	REQ 880/2019	Edmilson Rodrigues PSOL/PA	Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao dia do Arquiteto e Urbanista e do oitavo aniversário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR.		CD: 29/08/2019: PLEN - PLENÁRIO Publicação inicial no DCD do dia 30/08/2019	Câmara dos Deputados
336.	PL 4415/2019	Manuel Marcos PRB/AC	Altera a Lei nº 6.766/1979 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), em relação aos requisitos mínimos para o loteamento.		CD: 28/08/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/08/2019.	Câmara dos Deputados
337.	PL 4261/2019	Zé Vitor PL/MG	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a ocupação em áreas urbanas.		CD: 27/08/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 28/08/2019.	Câmara dos Deputados

338.	PL 313/2019	Rubens Otoni PT/GO	Isenta de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.		CD: 26/09/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Deferido o Requerimento n. 2.350/2019, conforme o seguinte despacho: Defiro o Requerimento n. 2.350/2019, nos termos dos arts. 142 e 143, II, "b", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Apense-se o Projeto de Lei nº 313/2019 e seus apensados ao Projeto de Lei nº 7.050/2017. Em consequência, revejo o despacho de distribuição aposto ao Projeto de Lei nº 7.050/2017 para incluir como competente quanto ao seu mérito a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL Nº 7.050/2017: CTASP; CIDOSO; CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões (art. 24, II, do RICD). Regime de tramitação: ordinário (art. 151, III, do RICD)].	Câmara dos Deputados
339.	PL 4550/2019	Sanderson PSL/RS	Altera a Lei de Execução Penal para permitir que o detento ou ente da iniciativa privada faça reformas nos estabelecimentos prisionais.		CD: 11/09/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 12/09/2019.	Câmara dos Deputados

340.	PL 4704/2019	Bacelar PODE/BA	Regulamenta o exercício da profissão de Perito Judicial; cria o Conselho Federal dos Peritos Judiciais - CONFEJ/BR e os Conselhos de Peritos dos Estados e do Distrito Federal - CONFEJ; e dá outras providências.		CD: 11/09/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
341.	PL 4877/2019	Bira do Pindaré PSB/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de ciclovias/ciclofaixas pelo Poder Público ou empresas concessionárias/privadas em obras e serviços de engenharia, nas intervenções viárias metropolitanas, e de paraciclos e bicicletários em terminais rodoviários, estações metroferroviárias, instalações portuárias, espaços públicos e privados de trabalho, ensino,		CD: 16/09/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/09/2019.	Câmara dos Deputados

			comércio e lazer, assim como dá nova redação a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 que "Institui as diretrizes da Política Nacional do Mobilidade Urbana", a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que "Estabelece diretrizes gerais da política urbana - Estatuto das Cidades", a Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009 que " Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de			

			assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências			
342.	PEC 19/2014	Paulo Paim PT/RS	Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.	Altera a Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.	SF: 15/10/2019: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA Ação: Matéria não apreciada na sessão de 15/10/2019, transferida para a sessão deliberativa de 16/10/2019. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal
343.	PL 5207 2019	Alex Santana PDT/BA	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as atividades dos profissionais Tecnólogos.		CD: 03/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II - Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Câmara dos Deputados
344.	PDL 639/2019	Erika Kokay PT/DF	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019, do Poder Executivo.		CD: 16/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PDL-648/2019.	Câmara dos Deputados

345.	RIC 1402/2019	Áurea Carolina PSOL/MG	Requer ao Ministro da Cidadania, o Sr. Osmar Terra, informações acerca das denúncias de aparelhamento político em nomeações nas Superintendências Estaduais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).		CD: 10/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apresentação do Parecer do Relator n. 1 MESA, pelo Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP).	Câmara dos Deputados
346.	RIC 1435/2019	Sâmia Bomfim PSOL/SP	Solicita ao Ministro de Estado da Economia informações relativas aos tutores de cursos de Educação a Distância em Instituições Privadas de Ensino.		CD: 10/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apresentação do Parecer do Relator n. 1 MESA, pelo Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP).	Câmara dos Deputados
347.	RIC 1438/2019	Sâmia Bomfim PSOL/SP	Solicita ao Ministro de Estado da Educação informações relativas aos tutores de cursos de Educação a Distância em Instituições Privadas de Ensino.		CD: 10/10/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apresentação do Parecer do Relator n. 1 MESA, pelo Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP).	Câmara dos Deputados

348.	PL 5341/2019	Felipe Carreras PSB/PE	Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual.		CD: 09/10/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/10/2019.	Câmara dos Deputados
349.	PL 3258/2019	Daniella Ribeiro PP/PB	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.	Confere às mulheres, aos idosos e às pessoas com deficiência o direito de desembarcar do transporte coletivo fora do ponto de parada no período noturno, bem como determina à União, aos Estados e aos Municípios a adoção de políticas que aumentem a segurança do usuário do transporte público, sobretudo no período noturno.	SF: 09/10/2019: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Devolvido pelo relator, Senador Acir Gurgacz, com relatório pela aprovação da matéria na forma do substitutivo da CDH (Emenda nº 1/CDH), com uma subemenda que apresenta.	Senado Federal
350.	PLP 234/2019	Professor Alcides PP/GO	Altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, modificando as faixas de faturamento bruto anual para o		CD: 18/10/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 19/10/2019.	Câmara dos Deputados

			Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte			
351.	PL 303/2019	Rubens Otoni	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 para dispor sobre a permissão do uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias.		CD: 17/10/2019: CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural Encerrado o prazo de sessões para apresentação de emendas ao substitutivo (de a). Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados
352.	PDL 648/2019	Paulo Pimenta PT/RS	Susta o Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019, que altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e		CD: 17/10/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/10/2019.	Câmara dos Deputados

			critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.			
353.	PL 5230/2019	Esperidião Amin PP/SC	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências, para prorrogar o prazo dos municípios para		SF: 17/10/2019: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.	Senado Federal

			elaboração de Plano de Mobilidade Urbana.			
354.	PL 4730/2019	Ruy Carneiro PSDB/PB	Altera o Estatuto da Cidade, a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei nº 10.098, de 2000, para tornar obrigatória a adaptação das praias visando torná-las acessíveis para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.		CD: 17/10/2019: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Recebimento pela CPD, apensado ao PL-2875/2019	Câmara dos Deputados
355.	RIC 1438/2019	Sâmia Bomfim PSOL/SP	Solicita ao Ministro de Estado da Educação informações relativas aos tutores de cursos de Educação a Distância em Instituições Privadas de Ensino.		CD: 17/10/2019: 1SECM - Primeira Secretaria Recebimento pela 1SECM.	Câmara dos Deputados
356.	RIC 1435/2019	Sâmia Bomfim PSOL/SP	Solicita ao Ministro de Estado da Economia informações relativas aos tutores de cursos de Educação a		CD: 17/10/2019: 1SECM - Primeira Secretaria Recebimento pela 1SECM.	Câmara dos Deputados

			Distância em Instituições Privadas de Ensino.			
357.	RIC 1402/2019	Áurea Carolina PSOL/MG	Requer ao Ministro da Cidadania, o Sr. Osmar Terra, informações acerca das denúncias de aparelhamento político em nomeações nas Superintendências Estaduais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).		CD: 17/10/2019: 1SECM - Primeira Secretaria Recebimento pela 1SECM.	Câmara dos Deputados